

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO ORÇAMENTO**  
**Direcção-Geral da Contabilidade Pública**

**Decreto n.º 317/71**

de 21 de Julho

Com fundamento no § 1.º do artigo 17.º do Decreto n.º 16 670, de 27 de Março de 1929, no artigo 37.º do Decreto n.º 18 381, de 24 de Maio de 1930, alíneas a), b), c), e) e g) do artigo 35.º do referido Decreto n.º 18 381, no artigo 2.º e seu § único do Decreto-Lei n.º 24 914, de 10 de Janeiro de 1935, em execução dos Decretos-Leis n.ºs 84/71, 93/71 e 122/71, de, respectivamente, 19 e 22 de Março e 5 de Abril, mediante propostas aprovadas pelo Ministro das Finanças, nos termos do n.º 1.º do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 22 470, de 11 de Abril de 1933, e nos do mencionado artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 24 914;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º São transferidas as quantias adiante indicadas dentro dos orçamentos seguintes:

**Ministério da Justiça**

No capítulo 4.º:

Do artigo 174.º, n.º 1) «Pessoal dos quadros . . .» . . . . .	— 1 750 000\$00
Para o artigo 175.º, n.º 2) «Alimentação» . . . . .	+ 1 750 000\$00

**Ministério das Obras Públicas**

No capítulo 4.º:

Do artigo 51.º, n.º 1) «Construções a efectuar em conta das receitas gerais do Estado, . . .», alínea 5 «Hospitais Cívicos de Lisboa» . . . . .	— 1 100 000\$00
Para o artigo 53.º, n.º 1) «De imóveis», alínea 13 «Hospitais Cívicos de Lisboa» . . . . .	+ 1 100 000\$00

**Ministério do Ultramar**

No capítulo 13.º:

Do artigo 102.º, n.º 1) «Publicidade . . .» . . . . .	— 16 500\$00
Para o artigo 100.º, n.º 1) «Luz, . . .» . . . . .	+ 16 500\$00

Art. 2.º São abertos no Ministério das Finanças créditos especiais no montante de 250 648 708\$70, destinados, quer a reforçar verbas insuficientemente dotadas, quer a prover à realização de despesas não previstas no Orçamento Geral do Estado em vigor:

**Encargos Gerais da Nação**

Capítulo 3.º «Representação Nacional — Secretaria-Geral da Assembleia Nacional e Câmara Corporativa»:

Artigo 82.º «Remunerações acidentais»:

N.º 3) «Gratificação nos termos do n.º 2 do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 622/70, de 18 de Dezembro» . . . . .	6 000\$00
---	-----------

Capítulo 6.º «Secretariado Nacional da Emigração»:

Artigo 122.º, n.º 1) «Rendas de casa» . . . . .	240 000\$00
---	-------------

Capítulo 13.º «Defesa nacional»:

Artigo 345.º «Aquisição de corvetas», n.º 1) «Para pagamento dos encargos provenientes da execução do Decreto-Lei n.º 47 381, de 15 de Dezembro de 1966, e Decreto n.º 48 452, de 25 de Junho de 1968» . . . . .

18 002 905\$00

18 248 905\$00

**Ministério das Finanças**

**Secretaria de Estado do Tesouro**

Capítulo 8.º «Direcção-Geral da Fazenda Pública — Tesourarias dos concelhos e bairros»:

Artigo 95.º «Outros encargos»:

N.º 2) «Subsídios a cofres ou organizações metropolitanas, ultramarinas ou estrangeiras»:

Alínea 3 «Comparticipação no custeio de portas de casas-fortes das tesourarias da Fazenda Pública» . . . . . (h)

100 000\$00

(h) A distribuir segundo despacho do Secretário de Estado do Tesouro.

**Secretaria de Estado do Orçamento**

Capítulo 14.º «Direcção-Geral da Contabilidade Pública»:

Artigo 159.º, n.º 1) «Luz, . . .» . . . . . 115 000\$00

Artigo 161.º, n.º 2) «Pagamento de serviços . . .» . . . . . 52 800\$00

Capítulo 15.º «Direcção-Geral das Contribuições e Impostos»:

Artigo 175.º, n.º 1) «Restituições», alínea 1 «Títulos de anulação» . . . . . 127 851 000\$00

Capítulo 22.º «Despesas de anos económicos findos»:

Artigo 236.º «Despesas de anos económicos findos» . . . . . 12 000 000\$00

140 118 800\$00

**Ministério da Justiça**

Capítulo 4.º «Direcção-Geral dos Serviços Prisionais»:

**Direcção-Geral**

Artigo 164.º, n.º 1) «Móveis» . . . . . 42 000\$00

**Quadros únicos**

Artigo 173.º, n.º 1) «Transportes» . . . . . 55 000\$00

**Internamento em hospitais ou clínicas psiquiátricas de delinquentes mandados judicialmente internar em manicómio criminal.**

Artigo 184.º, n.º 1) «Serviços clínicos . . .» . . . . . 3 500 000\$00

**Cadeia Central de Mulheres**

Artigo 206.º, n.º 1) «Móveis» . . . . . 8 288\$00

**Colónia Penal Agrícola de Sintra**

Artigo 273.º, n.º 1) «Móveis» . . . . . 50 000\$00

Artigo 276.º, n.º 2) «Luz, . . .» . . . . . 150 000\$00

Artigo 278.º, n.º 2), alínea 2 «Outros serviços e encargos não especificados» . . . . . 12 000\$00

**Cadeia do Forte de Peniche**

Artigo 322.º, n.º 1) «Para pagamento de todos os encargos com os destacamentos da Guarda Nacional Republicana . . .» . . . . . 747 000\$00

Capítulo 5.º «Direcção-Geral dos Serviços Tutelares de Menores — Direcção-Geral»:

Artigo 340.º, n.º 1) «Subsídios a cofres . . .»,  
alínea 2 «Para a Federação Nacional das  
Instituições de Protecção à Infância, . . .» 1 000 000\$00

Capítulo 6.º «Direcção-Geral dos Registos e do Notariado»:

**Direcção dos Serviços de Identificação**

Artigo 468.º, n.º 1) «Rendas de casa» . . . 103 000\$00  
Artigo 469.º, n.º 1) «Pagamento de servi-  
ços . . .» . . . . . 6 000\$00

Capítulo 7.º «Serviços médico-legais»:

**Instituto de Medicina Legal de Lisboa**

Artigo 481.º «Remunerações certas ao pes-  
soal em exercício»:

N.º 1) «Pessoal dos quadros aprovados  
por lei»:

(Durante oito meses):

Categorias	Abonos individuais		Total por classes
	Venci- mento	Grati- ficação	
1 primeiro-oficial . . . . .	41 600\$	-β-	41 600\$
			41 600\$00

Artigo 482.º, n.º 2) «Gratificações aos ser-  
ventes do necrotério, . . .» . . . . . 100 000\$00

**Instituto de Medicina Legal do Porto**

Artigo 491.º «Remunerações certas ao pes-  
soal em exercício»:

N.º 1) «Pessoal dos quadros aprovados  
por lei»:

(Durante oito meses):

Categorias	Abonos individuais		Total por classes
	Venci- mento	Grati- ficação	
1 serventário de 2.ª classe . . . . .	16 000\$	-β-	16 000\$
			16 000\$00

Artigo 492.º, n.º 1) «Gratificações aos ser-  
ventes do necrotério, . . .» . . . . . 50 000\$00

5 880 888\$00

**Ministério das Obras Públicas**

Capítulo 4.º «Direcção-Geral dos Edifícios e Mo-  
numentos Nacionais»:

Artigo 51.º, n.º 2) «Construções e melhora-  
mentos a efectuar por contrapartida da  
inscrição de iguais quantias no orçamento  
das receitas do Estado, . . .», alínea 7  
«Edifícios para estabelecimentos de saúde  
e assistência» . . . . . 2 279 135\$70

Capítulo 8.º «Laboratório Nacional de Engenha-  
ria Civil»:

Artigo 96.º, n.º 2) «Para pagamento de des-  
pesas com o pessoal, . . .» . . . . . 18 800 000\$00

Capítulo 11.º «Direcção-Geral das Construções  
Escolares»:

Artigo 103.º «Construções e obras novas»:

N.º 2) «Construções e melhoramentos  
a efectuar por contrapartida da ins-  
crição de iguais quantias no orça-  
mento das receitas do Estado, inclu-  
indo despesas de pessoal»:

Alínea 4 «Construção da estufa  
n.º 16 do Instituto de Botânica  
do Dr. Gonçalo Sampaio, anexo  
à Faculdade de Ciências do  
Porto» . . . . . 120 000\$00

Capítulo 14.º «III Plano de Fomento — Educa-  
ção e investigação»:

Artigo 122.º, n.º 1) «Instalações e apetre-  
chamento inicial», alínea 4 «Edifícios do  
ensino superior e investigação» . . . . . 500 000\$00

21 699 135\$70

**Ministério do Ultramar**

Capítulo 13.º «Organismos dependentes — Ins-  
tituto Superior de Ciências Sociais e Política  
Ultramarina»:

Artigo 105.º «Remunerações acidentais»:

N.º 3) «Remunerações por horas ex-  
traordinárias» . . . . . 33 680\$00

**Ministério da Economia**

**Secretaria de Estado do Comércio**

Capítulo 12.º «Fundo de Fomento de Exporta-  
ção»:

Artigo 249.º, n.º 1) «Despesas do Fundo de  
Fomento de Exportação» . . . . . 3 050 000\$00

Capítulo 14.º «Inspeção-Geral das Actividades  
Económicas»:

Artigo 270.º, n.º 1) «Rendas de casa . . .» 7 800\$00

3 057 800\$00

**Ministério das Comunicações**

Capítulo 6.º «Administração-Geral do Porto de  
Lisboa»:

Artigo 155.º «Pagamento de serviços e di-  
versos encargos» . . . . . 50 350 000\$00

Capítulo 13.º «III Plano de Fomento — Trans-  
portes, comunicações e meteorologia»:

Artigo 176.º «Portos»:

N.º 3) «Viana do Castelo» . . . . . 400 000\$00  
N.º 4) «Aveiro» . . . . . 3 700 000\$00  
N.º 5) «Figueira da Foz» . . . . . 400 000\$00  
N.º 9) «Ponta Delgada» . . . . . 6 760 000\$00

61 610 000\$00

250 648 708\$70

Art. 3.º Para compensação dos créditos designados no artigo anterior, são efectuadas as seguintes alterações ao Orçamento Geral do Estado em execução, representativas de aumentos de previsão de receitas e de redução em verbas de despesa:

**Orçamento das receitas do Estado**

Capítulo 1.º, artigo 2.º «Imposto profissional» 97 851 000\$00  
Capítulo 1.º, artigo 4.º «Imposto de capitais» 30 000 000\$00

Capítulo 4.º, artigo 66.º «Diversas receitas não classificadas» . . . . .	50 288\$00
Capítulo 5.º, artigo 114.º «Porto de Lisboa» . .	50 350 000\$00
Capítulo 7.º, artigo 176.º «Reembolso das despesas com a construção, conservação, reparação e melhoramento de edifícios» . . . . .	2 899 135\$70
Capítulo 8.º, artigo 207.º «Federação Nacional das Instituições de Protecção à Infância» . .	1 000 000\$00
Capítulo 8.º, artigo 230.º «Serviços médico-legais» . . . . .	150 000\$00
Capítulo 8.º, artigo 248.º «Laboratório Nacional de Engenharia Civil» . . . . .	18 800 000\$00
Capítulo 8.º, artigo 269.º «Fundo de Fomento de Exportação» . . . . .	3 050 000\$00
Capítulo 9.º, artigo 287.º «Produto da venda de títulos ou de empréstimos» . . . . .	18 002 905\$00
Capítulo 9.º, artigo 292.º «Reembolso do valor dos autofinanciamentos destinados a empreendimentos integrados no III Plano de Fomento»:	
Da Junta Autónoma do Porto de Aveiro . .	3 700 000\$00
Da Junta Autónoma do Porto da Figueira da Foz . . . . .	400 000\$00
Da Junta Autónoma dos Portos do Norte . .	400 000\$00
Da Junta Autónoma dos Portos do Distrito de Ponta Delgada . . . . .	6 760 000\$00
	<u>233 413 328\$70</u>

#### Encargos Gerais da Nação

Capítulo 3.º, artigo 89.º, n.º 2) . . . . .	6 000\$00
Capítulo 6.º, artigo 114.º, n.º 1) . . . . .	240 000\$00
	<u>246 000\$00</u>

#### Ministério das Finanças

Capítulo 5.º, artigo 47.º . . . . .	6 000 000\$00
Capítulo 8.º, artigo 68.º, n.º 1) . . . . .	100 000\$00
Capítulo 8.º, artigo 86.º, n.º 1) . . . . .	3 500 000\$00
Capítulo 13.º, artigo 152.º, n.º 1) . . . . .	115 000\$00
Capítulo 14.º, artigo 153.º, n.º 1) . . . . .	52 800\$00
Capítulo 17.º, artigo 189.º, n.º 1) . . . . .	2 500 000\$00
	<u>12 267 800\$00</u>

#### Ministério da Justiça

Capítulo 3.º, artigo 100.º, n.º 1) . . . . .	350 000\$00
Capítulo 3.º, artigo 107.º, n.º 1) . . . . .	750 000\$00
Capítulo 4.º, artigo 171.º, n.º 1) . . . . .	262 000\$00
Capítulo 4.º, artigo 174.º, n.º 1) . . . . .	155 000\$00
Capítulo 4.º, artigo 185.º, n.º 1) . . . . .	60 000\$00
Capítulo 4.º, artigo 186.º, n.º 1) . . . . .	150 000\$00
Capítulo 4.º, artigo 229.º, n.º 1) . . . . .	57 000\$00
Capítulo 4.º, artigo 261.º, n.º 1) . . . . .	50 000\$00
Capítulo 4.º, artigo 296.º, n.º 1) . . . . .	130 000\$00
Capítulo 5.º, artigo 341.º, n.º 1) . . . . .	150 000\$00
Capítulo 5.º, artigo 347.º, n.º 1) . . . . .	50 000\$00
Capítulo 5.º, artigo 375.º, n.º 1) . . . . .	30 000\$00
Capítulo 5.º, artigo 393.º, n.º 1) . . . . .	30 000\$00
Capítulo 5.º, artigo 410.º, n.º 1) . . . . .	40 000\$00
Capítulo 5.º, artigo 427.º, n.º 1) . . . . .	40 000\$00
Capítulo 6.º, artigo 452.º, n.º 1) . . . . .	160 000\$00
Capítulo 6.º, artigo 461.º, n.º 1) . . . . .	450 000\$00
Capítulo 6.º, artigo 471.º, n.º 1) . . . . .	1 709 000\$00
Capítulo 7.º, artigo 481.º, n.º 1) . . . . .	41 600\$00
Capítulo 7.º, artigo 491.º, n.º 1) . . . . .	16 000\$00
	<u>4 680 600\$00</u>

#### Ministério do Ultramar

Capítulo 13.º, artigo 120.º, n.º 1) . . . . .	33 680\$00
---	------------

#### Ministério da Economia

Capítulo 14.º, artigo 265.º, n.º 3) . . . . .	7 300\$00
	<u>250 648 708\$70</u>

Art. 4.º São autorizadas as seguintes alterações de rubrica nos orçamentos:

#### Do Ministério da Justiça

A observação (a) aposta à dotação do capítulo 4.º, artigo 273.º, n.º 1), é alterada para:

Inclui 75 000\$ . . .

A observação (a) aposta à dotação do capítulo 5.º, artigo 400.º, n.º 1), é alterada para:

Inclui 170 000\$ . . .

#### Do Ministério das Obras Públicas

A dotação do capítulo 14.º, artigo 122.º, n.º 1), alínea 4, é aposta a seguinte observação:

f) Inclui 500 000\$ de participação da Faculdade de Engenharia do Porto.

#### Do Ministério da Saúde e Assistência

A rubrica descrita no capítulo 5.º, artigo 77.º, n.º 1), alínea 1, é alterada para:

Estabelecimentos hospitalares:

Comparticipação nos encargos de sustentação dos hospitais centrais do País e do Centro Hospitalar de Coimbra e subsídio de cooperação à Santa Casa da Misericórdia do Porto para o Hospital Geral de Santo António:

Hospitais Cíveis de Lisboa, Hospital de Santa Maria, de Lisboa, Hospital de S. João, do Porto, Hospitais da Universidade de Coimbra, Centro Hospitalar de Coimbra e Hospital Geral de Santo António, do Porto.

Comparticipação nos encargos de sustentação do Centro Hospitalar das Caldas da Rainha, do Hospital de Joaquim Urbano, do Porto, dos serviços e centros de neurocirurgia e das comissões inter-hospitalares de Lisboa, Porto e Coimbra e subsídios de cooperação às Misericórdias para sustentação dos seus hospitais e outras instituições que mantêm estabelecimentos deste tipo.

A rubrica descrita no capítulo 5.º, artigo 77.º, n.º 1), alínea 5, é alterada para:

Assistência na maternidade:

Comparticipação nos encargos de sustentação das Maternidades do Dr. Alfredo da Costa, de Lisboa, e de Júlio Dinis, do Porto, do Centro Hospitalar de Coimbra e da Casa Mãe da Figueira da Foz e subsídios de cooperação a maternidades particulares.

Art. 5.º São autorizadas as seguintes alterações ao orçamento privativo da Administração-Geral do Porto de Lisboa:

Reforço:

Despesa ordinária:

Artigo 12.º, n.º 8) «Constituição de fundos especiais», alínea 2 «Fundo de melhoramentos» . . . . .	50 350 000\$00
---	----------------

Contrapartida:

Receita ordinária:

Artigo 29.º «Fundo de melhoramentos», n.º 1) «Venda de terrenos ou de edifícios, . . .» . . . . .	50 350 000\$00
---	----------------

Estas correcções orçamentais foram registadas na Direcção-Geral da Contabilidade Pública, nos termos do § único do artigo 36.º e nos da parte final do artigo 37.º

do Decreto n.º 18 381, de 24 de Maio de 1930, e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o aludido § único do artigo 36.º do Decreto n.º 18 381.

Marcello Caetano — Horácio José de Sá Viana Rebelo — António Manuel Gonçalves Rapazote — Mário Júlio Brito de Almeida Costa — João Augusto Dias Rosas — Manuel Pereira Crespo — Rui Manuel de Medeiros d'Espiney Patricio — Rui Alves da Silva Sanches — José Veiga Simão — Baltasar Leite Rebelo de Sousa.

Promulgado em 9 de Julho de 1971.

Publique-se.

O Presidente da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

**MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS  
E DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA**

**Portaria n.º 385/71**

de 21 de Julho

Tem o Instituto de Assistência Nacional aos Tuberculosos em vias de conclusão os trabalhos, necessariamente demorados, de revisão integral dos quadros de pessoal de todos os seus estabelecimentos e serviços.

A publicação, entretanto verificada, da Portaria n.º 694/70, pela qual se procedeu à actualização dos vencimentos de algumas categorias dos hospitais centrais, teria de repercutir-se nos serviços similares, como é o caso do Instituto, impondo, sem prejuízo da referida revisão, medidas parcelares de actualização imediata das remunerações das categorias correspondentes.

Tal actualização não pode, por outro lado, deixar de ter em conta as alterações de vencimentos operadas pelo Decreto-Lei n.º 49 410, de 24 de Novembro de 1969, relativamente às categorias existentes nos quadros do Instituto.

Nestes termos, ao abrigo do disposto no diploma acima citado e no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 46 309, de 27 de Abril de 1965, aplicável a este Instituto pelo Decreto-Lei n.º 49 459, de 24 de Dezembro de 1969:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros das Finanças e da Saúde e Assistência, introduzir as seguintes alterações nos quadros dos estabelecimentos e serviços do Instituto de Assistência Nacional aos Tuberculosos:

1.º Os vencimentos do pessoal técnico e auxiliar dos serviços clínicos, do pessoal dos serviços complementares de diagnóstico e terapêutica e as remunerações do pessoal assalariado constantes das Portarias n.ºs 16 808, de 8 de Agosto de 1958, 18 045, de 9 de Novembro de 1960, 19 081, de 17 de Março de 1962, e 22 631, de 13 de Abril de 1967, são alterados da forma seguinte:

Categorias	Remunerações segundo o Decreto-Lei n.º 49 410
Segundo-analista (licenciado em Farmácia) . . . .	I
Terceiro-analista (licenciado em Farmácia) . . . .	J
Técnico-chefe e as seguintes categorias equiparadas:	
Ajudante técnico-chefe de radiologia e dietista	L

Categorias	Remunerações segundo o Decreto-Lei n.º 49 410
Primeiro-técnico e as seguintes categorias equiparadas:	
Primeiro-ajudante técnico de radiologia, preparadora de 1.ª classe, preparadora de anatomia patológica, preparadora de 1.ª classe de anatomia patológica e encarregado dos depósitos da farmácia central . . . . .	N
Segundo-técnico e as seguintes categorias equiparadas:	
Segundo-ajudante técnico de radiologia, preparadora de 2.ª classe, ajudante técnico de radiologia, preparadora dos serviços de broncologia e espirometria, preparadora de 2.ª classe de anatomia patológica, preparadora e mecânico ortopédico . . . . .	O
Auxiliar e as seguintes categorias equiparadas:	
Auxiliar de laboratório, encarregado de câmara escura, auxiliar de 1.ª e 2.ª classes do serviço de sangue, auxiliar de preparadora de espirometria, massagista e encarregado das oficinas de readaptação . . . . .	R
Auxiliar de dispensário de 1.ª classe (auxiliar de dispensário com curso do Instituto de Assistência Nacional aos Tuberculosos) . . . . .	U
Auxiliar de dispensário de 2.ª classe (auxiliar de dispensário sem curso) . . . . .	V
Auxiliar de serviços de 1.ª classe e as seguintes categorias equiparadas:	
Auxiliar dos serviços de radiologia, fogueiro de 1.ª classe (a), cozinheiro (a), serralheiro canalizador (a) . . . . .	X
Auxiliar de serviços de 2.ª classe e as seguintes categorias equiparadas (a):	
Costureira de 1.ª e 2.ª classes, lavadeira de 1.ª e 2.ª classes, engomadeira de 1.ª e 2.ª classes, roupeira-costureira de 1.ª classe, cabeleireira, operário permanente, criado de 1.ª classe, criado de lavoura, barbeiro de 2.ª e 3.ª classes, ajudante de padeiro, fogueiro de 3.ª classe, ajudante de fogueiro de 2.ª classe, operário-ajudante, carroceiro de 1.ª classe, encarregado de estação elevatória de águas, hortelão de 2.ª classe, hortelão, auxiliar de telefonista de 2.ª, guarda de 3.ª classe, guarda, ajudante dos serviços agro-pecuários, criado de 2.ª classe e servente de portaria . . . . .	Y
Criada e as seguintes categorias equiparadas:	
Criada de 1.ª, 2.ª e 3.ª classes, auxiliar de cozinha, ajudante de lavadeira de 1.ª classe e primeiro, segundo e terceiro-ajudantes de cozinha . . . . .	1 200\$00

(a) Salário mensal.

2.º As remunerações do pessoal técnico incluem a quota que lhe é atribuída nas verbas cobradas nos termos do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 46 301, de 27 de Abril de 1965, pelo que não há lugar a concessão futuramente de complementos variáveis.

3.º Ao pessoal que pela reclassificação prevista nesta portaria corresponda remuneração inferior à que presentemente auferem mantém-se para todos os efeitos, incluindo os de aposentação, a anterior remuneração e categoria.

Pelo Ministro das Finanças, Augusto Victor Coelho, Secretário de Estado do Orçamento. — Pelo Ministro da Saúde e Assistência, Francisco Gonçalves Ferreira, Secretário de Estado da Saúde e Assistência.